

Panorama do Ano

Constitui tradição de "Conjuntura Econômica", ao traçar o panorama de um ano que acaba de findar, apresentar o desempenho da economia sintetizada na taxa de crescimento do produto real. Essa medida tem sempre caráter altamente preliminar, porquanto a apuração de estatísticas no Brasil ainda não permite que se faça estimativa final e irretocável senão com defasagem mínima de 2 anos.

É por esse motivo que se devem tomar com cautela as taxas agora adiantadas, embora o tratamento qualitativo que se dá mais adiante ao exame de certos setores permita chegar à quase certeza de que a taxa síntese, calculada em definitivo, não deverá afastar-se muito desta mensuração preliminar.

Cabe esclarecer uma vez mais que o Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, ao calcular essa taxa de crescimento, reúne dados provenientes de fontes oficiais, em especial, informações dos Ministérios da Agricultura, da Indústria e do Comércio, e Planejamento, este último atuando no levantamento de dados estatísticos através da Fundação IBGE.

Em 1970 a economia brasileira deve ter tido expansão da ordem de 9,5% com crescimento setorial assim distribuído:

	%
Agricultura	5,6
Indústria	11,1
Comércio	9,0
Transporte e Comunicações	15,0

Valem duas observações de método. A primeira é que o índice da evolução do volume físico do produto, ao atingir 109,53 comparativamente ao ano anterior, não incorpora a prestação de certas categorias de serviços como a intermediação financeira e o próprio setor governamental. A outra é que o índice agrega as taxas setoriais utilizando ponderações que têm como base as relações da renda interna de 1968.

Tomada pelo seu valor aparente, a taxa de expansão real do produto em 1970 significa excelente desempenho da economia; transportes e comunicações e indústria de transformação correspondem aos setores de maior dinamismo.

Todavia, convém salientar que uma economia não necessita evoluir sempre em ritmo elevado e constante, para que o desempenho seja historicamente satisfatório. Numa perspectiva de longo prazo é perfeitamente normal que existam flutuações em torno da taxa de expansão calculada para determinado ano.

Com base nas observações do passado o Instituto Brasileiro de Economia construiu um modelo econométrico em que se impõem limites à expansão real do produto em termos: a) do crescimento populacional e da produtividade da mão-de-obra; b) da acumulação de capital; e c) do balanço de pagamentos. Calculadas as folgas entre esses limites, chega-se a uma taxa histórica que projetada para o período 1970/80 seria da ordem de

6,8% ao ano. Embora bem mais baixa que a taxa preliminar encontrada para 1970, como valor histórico ainda assim seria satisfatória, mormente se se tem em conta que as revisões impostas ao crescimento demográfico pelo Censo de 1970 fazem crer numa taxa de aumento populacional da ordem de 2,7% ao ano. Combinando essas duas taxas, o volume físico de mercadorias e serviços que estaria em média à disposição de cada habitante — medida efetiva de progresso econômico — dobraria num período de tempo situado em pouco menos de 18 anos.

O ano de 1970, caracterizou-se por clima de crescente otimismo nos negócios. A indústria de transformação, a julgar pelos dados da Sondagem Conjuntural, é setor bem indicativo desse fato. As informações coligidas pelo Instituto Brasileiro de Economia a respeito das expectativas do empresariado industrial, depois de confirmadas pelos dados a posteriori, revelam que a cada trimestre do ano se acentuava mais e mais a concentração de respostas indicadoras de aumentos ou estabilidade de produção, procura e mão-de-obra, ao mesmo tempo que, em relação aos estoques, a concentração das respostas tendia a reduzir-se.

Duas verificações, em julho e outubro, foram feitas a respeito do grau de utilização do equipamento instalado. Em ambas as observações, o total de informantes da Sondagem declarou utilização de 86% da capacidade nominal das

máquinas e instalações — taxa bem próxima do que poderia ser o conceito de plena capacidade.

Isso leva a concluir que o setor industrial trabalhou em ritmo crescente e encontrou escoadouro para sua produção.

Para complementar o panorama reinante no setor industrial, economistas do Instituto mantiveram contatos com diretores de empresas em gêneros-chave como siderurgia, têxtil, química, alimentos e eletromecânica. As entrevistas, de modo geral, confirmaram os juízos que através da Sondagem foi possível estabelecer.

A evolução dos negócios bursáteis é outro indicador do clima de crescente otimismo que se observou em 1970. Os principais indicadores do mercado estiveram em alta no 1º trimestre, recuando um pouco no 2º devido à pressão temporária exercida pelos Fundos de Incentivos Fiscais, voltando a crescer acentuadamente no 2º semestre. Os vários e bem sucedidos lançamentos através de operações de "underwriting" corroboram o clima de otimismo prevalecente em 1970.

Em 1970 o cruzeiro foi desvalorizado 9 vezes e em 13,7%, contra 8 vezes e 13,6% em 1969. No ano próximo passado os reajustamentos se fizeram, em média, de 40 em 40 dias. Do mesmo modo que nos anos anteriores a desvalorização cambial foi inferior à alta dos preços internos em cerca de 6%. A inflação nos EUA e na maioria dos países industrializados explica, basicamente, este fato. A conjugação das políticas cambial, fiscal e monetária produziram o superavit de US\$ 576 milhões no balanço de pagamentos e o acúmulo de divisas, até outubro, de US\$ 1 113 milhões. Esta última cifra representa, de um lado, maior solvabilidade do país em relação aos compromissos financeiros internacionais e, de outro, a confiança das demais nações nos destinos do país.

O comércio exterior continuou, em 1970, em plena expansão, tendo as exportações atingido US\$ 2,7 bilhões (estimativa), correspondentes ao acréscimo de 17% em relação aos US\$ 2,3 bilhões de 1969. Não obstante o espetacular

acréscimo na exportação de produtos manufaturados — suas vendas alcançaram US\$ 450 milhões em 1970 — o café em grão continua a ser o item de maior destaque na pauta (cerca de 35% do valor global). Vale ainda mencionar os seguintes produtos pelos substanciais aumentos em suas vendas em 1970: minério de ferro (+ 27,5%), milho em grão (+ 130%) e açúcar demerara (+ 8,7%), entre os "primários", e café industrializado e produtos siderúrgicos, entre os "manufaturados". As importações de janeiro a setembro se elevaram a US\$ 1,65 bilhão, com acréscimo de 12,2% sobre igual período de 1969. Para o total do ano espera-se que as compras no exterior atinjam US\$ 2,2 bilhões. Maquinaria, Veículos, seus pertences e acessórios (classe VI) foram responsáveis por 37,5% das compras no período considerado. A classe IV (gêneros alimentícios e bebidas), por outro lado, acusou decréscimo em relação a 1969, refletindo basicamente a redução de nossas compras de trigo pelo incremento da produção interna. Nosso intercâmbio continua a efetuar-se, por ordem de importância, com: EE.UU., Mercado Comum Europeu (MCE), Associação Européia de Livre Comércio (AELC), Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC).

Na área monetária o acontecimento marcante do ano foi o lançamento, em agosto, das letras do Tesouro Nacional (LTN), que representou passo decisivo na consolidação do "open market" como instrumento regulador da liquidez do sistema econômico. A expansão dos meios de pagamento e empréstimos bancários alcançaram, no final do 1º semestre, taxas que praticamente equivaliam às de igual período de 1969. No 2º trimestre, em particular, houve crescimento excessivo dos meios de pagamento em decorrência de liberação dos depósitos compulsórios nos termos da Resolução nº 130, de 18-1-70, do Banco Central. A partir de fins de julho, entretanto, a política monetária foi conduzida, através de "open market", no sentido de reduzir o ritmo de crescimento das ope-

rações do sistema bancário. Graças a isto foi possível inverter, no 2º semestre, a tendência observada no período abril/junho. Os meios de pagamento deverão ter crescido 25,5% em 1970, contra 32,6% em 1969. Contudo, o mercado de crédito mostrou relativa folga; os empréstimos do sistema bancário ao setor privado, mesmo descontada a taxa de inflação, superaram o crescimento do produto real da economia. As despesas cambiais continuaram a ser o principal fator de "expansão" dos meios de pagamento, em vista do acúmulo de divisas decorrente do superavit do balanço de pagamentos. Mas, a exemplo do ano anterior, a colocação de títulos públicos e os recursos derivados da "conta café" foram fatores de "contração", sem os quais não se teriam observado os resultados satisfatórios na área monetária.

A execução financeira do Tesouro contemplou receita de Cr\$ 19 193,8 milhões e despesa de Cr\$ 19 932,1 milhões resultando o deficit de Cr\$ 738,3 milhões. Os principais impostos — de renda, sobre produtos industrializados, de importação — apesar de largamente utilizados como instrumentos de política fiscal e tributária, acusaram acréscimos sensíveis. Os impostos sobre produtos industrializados e renda continuaram a mostrar as maiores participações relativas na receita tributária: 42,5% e 24,1%. As operações de crédito entre o Tesouro e as autoridades monetárias, favoreceram mais uma vez estas, pois a colocação de títulos da dívida pública não só cobriu inteiramente o deficit de caixa do Tesouro, como permitiu a transferência líquida de recursos para o Banco Central por conta de dívidas anteriores. Dêsse modo, tais operações atuaram como fator de contração dos meios de pagamento, ao contrário do que se observou no passado quando o deficit atuava como fator de pressão expansionista.

O mercado de ações, refletindo os bons resultados do sistema econômico, acusou excelente performance, apesar de algumas oscilações. Os índices BV e BOVESPA —

principais indicadores do mercado — acusaram em 1970 acréscimo de 95 e 55%, respectivamente. Contudo, o fato mais importante num horizonte de médio prazo foi o constituído pelo lançamento e aceitação geral de novas ações. No último trimestre do ano, os lançamentos, no valor global de Cr\$ 80 milhões, foram absorvidos rapidamente pelo público. O número de pedidos superaram, em muito, o dos títulos disponíveis. O registro de ações no Banco Central, para oferta pública, totalizou Cr\$ 570 milhões em 1970, com crescimento de 23% sobre 1969. Este alargamento do mercado significa aprimoramento das bolsas de valores e do próprio sistema financeiro nacional.

No mercado de capitais, observou-se elevado crescimento dos aceites cambiais das financeiras... (+ 43%) e modificações insignificantes nas taxas de juros pagas e cobradas. O temor de concorrência do mercado de ações explica, em boa parte, a manutenção da taxa de juros nos mesmos níveis de 1969. Os bancos de investimento (BI) — agora em número de 30 — prosseguiram em sua política de captação de depósitos a prazo fixo: acusaram acréscimo de 127% nesta rubrica em 1970. Tudo indica que os BI estão procurando substituto adequado para os aceites cambiais que têm a data de 18-2-72 como limite de suas operações. A administração dos fundos fiscais 157 tem atraído sobremodo os bancos de investimentos que conseguiram captar cerca de 83% dos recursos 157 em 1970, contra 81% no ano anterior. Considerando-se que dos 103 fundos fiscais 157 em funcionamento os BI só respondem por 30 deles, pode-se concluir que está havendo grande economia de escala no setor.

Na área do sistema financeiro habitacional o Banco Nacional de Habitação acusou 69% de crescimento no seu ativo, com destaque para os financiamentos que subiram 74%. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) proporcionou, em 1970, Cr\$ 1 514 milhões líquidos ao BNH, em cotejo

com os Cr\$ 1 224 milhões de 1969. Os depósitos de poupança das sociedades de crédito imobiliário (SCI) e associações de poupança e empréstimo (APE) acusaram, até novembro, crescimento notável: 101% e 110% respectivamente. Ao que tudo indica, os depósitos das APE superarão, brevemente, os das SCI. As letras imobiliárias, colocadas pelas SCI, propiciaram, até nov/70, Cr\$ 637 milhões de recursos líquidos, contra Cr\$ 506 milhões em todo o exercício de 1969.

Os diversos índices de preços elaborados pelo Instituto Brasileiro de Economia acusaram em 1970, comparativamente a 1969, menores variações. O índice do custo de vida na Guanabara cresceu 20,9% contra os 24,2% de 1969. Além disto, é bom lembrar que cerca de 1/4 da elevação deste índice se deveu apenas às carnes frescas ou industrializadas, o que significa que a alta se deu mais pela restrição de oferta de um produto que de inflação de demanda. O índice de preços por atacado — geral (disponibilidade interna) — se elevou de 18,5% em 1970, contra 19,2% do ano anterior; o mesmo índice, segundo o conceito da oferta global, cresceu 19,4% em 1970, em cotejo com os 21,6% de 1969. Matérias-primas, com crescimento mais intenso que os produtos alimentares, representaram a maior pressão no índice sob o ângulo da disponibilidade interna. Produtos agrícolas, com crescimento ligeiramente superior ao dos produtos industriais, foram os principais responsáveis pelo crescimento do índice de preços por atacado — geral (oferta global). O índice do custo da construção na Guanabara — que juntamente com o índice de preços por atacado e custo da vida na GB compõe o índice geral de preços — acusou em 1970 alta superior à de 1969: 18,7% e 12,6%, respectivamente. O índice geral de preços no conceito de disponibilidade interna — base para o cálculo da correção monetária — sofreu acréscimo de 19,3% em 1970, contra 20,1% de 1969. O mesmo índice, segundo o ângulo da oferta global, cresceu em 1969 e 1970, respectivamente 22% e 19,4%.

No domínio das economias regionais o acontecimento mais importante do ano foi a seca do Nordeste. Elemento negativo no desempenho da economia, a seca de 1970, embora fenômeno cíclico e por isso mesmo previsível, colheu o governo e a SUDENE de surpresa. O próprio Presidente deslocou-se para a área com o propósito de verificar pessoalmente a situação e presidiu, em princípios de junho, a uma reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da SUDENE, reunião que foi certamente o ponto de partida para reelaborar, após 10 anos de ação, a estratégia desse organismo do desenvolvimento regional. Sob a emoção do flagelo tomaram-se medidas de emergência e nesse aspecto a própria Transamazônica teve, no momento, o sentido de criação de uma frente de trabalho. O importante, contudo, é que a partir dessa reunião a SUDENE redobrará sua atenção, já que os projetos industriais de alta densidade de capital por unidade de produto não propiciaram as oportunidades de emprego vislumbradas em 1961, quando se elaborou o seu primeiro plano diretor.

Em setembro o governo definiu sua política econômico-fiscal com vistas ao desenvolvimento, ao publicar as chamadas "Metas e Bases para a Ação do Governo". Enfeixando um rol de projetos setoriais, com maturação a prazo médio, as Metas e Bases contêm a promessa ousada de crescimento global da economia a um ritmo mínimo situado entre 7 e 9% ao ano, contando que esse ritmo se acelere até 10%. As grandes prioridades nacionais para o período 1970/73 incidem sobre: a) educação, saúde e saneamento; b) agricultura e abastecimento; c) desenvolvimento científico e tecnológico; e d) aumento da capacidade concorrencial da indústria nacional. As Metas prevêem duas formas de integração traduzidos em programas: a geográfica e a social. A integração geográfica tem como objetivo deslocar a fronteira econômica, especificamente a fronteira agrícola, para as margens do Rio Amazonas. Esse objetivo espera-se que seja conseguido através da construção

das Rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, as quais, formando eixos de aglutinação de atividades no sentido leste-oeste e norte-sul, devem ter como consequência um cortejo de investimentos que assegurem a ocupação territorial dêsse imenso espaço vazio do país.

O programa de integração social tem como base a instituição de um fundo de participação dos trabalhadores do setor privado no produto nacional, com objetivo de melhor repartir os frutos do desenvolvimento. Pela primeira vez, depois de 1964, aparece ao lado da idéia de concentração das unidades de produção a importância de uma abordagem distributiva no processo de desenvolvimento. Esse fundo que terá financiamentos originários quase exclusivamente do setor público, através de uma redução programada de aliquotas de

certos impostos, tem como objetivo principal o estímulo à formação de um patrimônio dos trabalhadores, a melhoria das relações entre capital e trabalho e o fortalecimento da empresa privada pela utilização dos recursos do fundo no financiamento do capital de giro.

Ao findar o ano, 2 decretos orientados para o aumento do poder de competição da indústria nacional implementam o marco institucional considerado nas "Metas e Bases": o Decreto 67 223 de outubro e o Decreto-lei 1 137 de dezembro. Dentro da estratégia considerada nas "Metas e Bases", os 2 Decretos visam a atender os propósitos de "permitir o ingresso do Brasil na nova revolução industrial de forma seletiva, sem prejuízo da consecução da meta global de expansão do emprego; e fortalecer as indústrias tradicionais, importan-

tes para o início de criação de um mercado em massa e pela sua contribuição ao emprego da mão-de-obra mas que vem apresentando um crescimento insuficiente..." São esses os objetivos que para serem alcançados encontram os instrumentos normativos no Decreto que constitui o Fundo de Modernização e Reorganização Industrial, a ser gerido pelo BNDE, e no Decreto que concede incentivos para o desenvolvimento da indústria ao isentar — entre outras medidas — do imposto de importação e do IPI equipamentos sem similar nacional e partes complementares a produção industrial interna. Ao promulgar esses 2 Decretos, o Governo dá seqüência à sua concepção sobre o desenvolvimento proposto nas "Metas e Bases" e, nesse sentido, demonstra grande coerência em termos da doutrina de desenvolvimento adotada.

